

**ÓRGÃO:** *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania*

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**DATA DE ELABORAÇÃO: 24/04/2026**

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 – Art. 18, nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do §1º e no Decreto Municipal nº. 872/2024, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

**1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de cestas básicas, diretamente no domicílio dos beneficiários, destinadas à população atendida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, no âmbito da concessão de Benefícios Eventuais, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

**2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A insuficiência de renda, a insegurança alimentar, o desemprego, a informalidade e situações emergenciais demandam respostas céleres do Poder Público, sendo o fornecimento de

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

**São Carlos, Capital da Tecnologia**

**Secretaria Municipal de Justiça**

**Departamento de Contratações do Eixo Social**

cestas básicas um instrumento essencial para assegurar o direito humano à alimentação adequada e a proteção social básica.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania enfrenta demanda contínua e recorrente pelo atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, decorrente de fatores como insuficiência de renda, desemprego, informalidade, situações emergenciais e outras condições que comprometem a subsistência mínima.

Nesse contexto, a concessão de Benefícios Eventuais, especialmente por meio do fornecimento de cestas básicas, constitui instrumento essencial da política pública de assistência social, garantindo o direito humano à alimentação adequada e assegurando proteção social básica, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A inexistência de contrato vigente ou de instrumento que assegure o fornecimento contínuo das cestas básicas comprometeria a capacidade de resposta imediata do Município às situações de vulnerabilidade, justificando, portanto, a necessidade da presente contratação.

### **3 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Este objeto foi apontado no PCA (Plano de Contratação Anual), realizado no ano de 2025 e encaminhado para o Departamento de Compras e Licitação (DCL) da Prefeitura Municipal de São Carlos.

A contratação está alinhada ao planejamento da política pública de assistência social do Município, integrando as ações continuadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania voltadas à concessão de Benefícios Eventuais. A iniciativa encontra respaldo no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como nas diretrizes do SUAS.

#### **4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá contemplar:

a) Fornecimento de cestas básicas completas, previamente montadas, contendo gêneros alimentícios e itens de higiene, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

Entrega direta no domicílio dos beneficiários indicados pela Administração;

b) Observância rigorosa às normas sanitárias, de higiene, rotulagem e acondicionamento dos produtos;

c) Garantia de rastreabilidade, controle e comprovação das entregas realizadas.

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 18, §1º, inciso V, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de estimar adequadamente os preços da contratação, verificar a existência de soluções disponíveis e aferir a compatibilidade dos valores praticados com o mercado.

O levantamento de mercado foi conduzido a partir de múltiplas fontes, de modo a conferir maior robustez, confiabilidade e aderência à realidade do mercado fornecedor, contemplando os seguintes instrumentos:

Foram analisados 04 (quatro) orçamentos válidos, obtidos junto a fornecedores do ramo, todos compatíveis com as especificações técnicas do objeto e contemplando o fornecimento de cestas básicas completas, devidamente montadas e com entrega domiciliar aos beneficiários.

Os valores unitários apresentados foram os seguintes:

- **EMPÓRIO ANDALUZIA LTDA** – R\$ 408,18 por cesta
- **CALVO COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** – R\$ 404,92 por cesta
- **EBS COMERCIAL LTDA** – R\$ 419,99 por cesta
- **ANA ALICE PICCOLLI – ME** – R\$ 430,00 por cesta

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

## Departamento de Contratações do Eixo Social

A partir da análise das cotações, verificou-se que os preços praticados no mercado apresentam variação moderada, compatível com as diferenças de marcas, composição dos itens e custos logísticos envolvidos, especialmente no que se refere à entrega domiciliar individualizada.

A média aritmética dos valores corresponde a R\$ 415,77 por cesta, sendo este o parâmetro adotado para definição do preço estimado da contratação..

Dessa forma, conclui-se que os valores obtidos refletem adequadamente a realidade de mercado, sendo considerados idôneos para fins de estimativa da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

### **5.1. Orçamentos obtidos junto a fornecedores do mercado**

Complementarmente, foram solicitados e recebidos orçamentos formais encaminhados por fornecedores do ramo, por meio eletrônico (e-mail), contendo a descrição da cesta básica conforme especificações técnicas do Termo de Referência, quantitativos estimados e

condições de fornecimento. Os orçamentos recebidos foram analisados quanto à compatibilidade com o objeto pretendido, abrangência da logística de entrega domiciliar, atendimento às exigências sanitárias e validade das propostas, sendo desconsideradas eventuais cotações que não atendessem integralmente às especificações técnicas ou que apresentassem inconsistências relevantes.

### **5.2. Análise da Ata de Registro de Preços do exercício anterior**

Também foi considerada, como referência complementar, a Ata de Registro de Preços vigente (09 de abril de 2026), executada no exercício anterior para objeto similar, celebrada pelo próprio Município, acrescida do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA acumulado conforme índice oficial disponível à época.

A análise histórica possibilitou avaliar a evolução dos preços, identificar variações decorrentes de fatores inflacionários, logísticos e de mercado.

### **5.3. Consolidação e definição do preço estimado**

A partir da consolidação das informações obtidas dos orçamentos encaminhados por fornecedores e da Ata de Registro de Preços do exercício anterior, acrescida do IPCA, foi possível estabelecer um intervalo de preços praticados no mercado, permitindo a definição de

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

**São Carlos, Capital da Tecnologia**

**Secretaria Municipal de Justiça**

**Departamento de Contratações do Eixo Social**

preço estimado compatível com a realidade mercadológica, com observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da eficiência.

O preço estimado resultante do levantamento de mercado servirá como referência para a fase externa da licitação, não se configurando como valor máximo obrigatório, mas como parâmetro técnico para análise de exequibilidade e julgamento das propostas. Foram analisadas as seguintes alternativas:

## **5.4 Consolidação e análise dos preços obtidos**

Foram analisados 04 (quatro) orçamentos válidos, obtidos junto a fornecedores do ramo, todos compatíveis com as especificações técnicas do objeto e contemplando o fornecimento de cestas básicas completas, devidamente montadas e com entrega domiciliar aos beneficiários.

Os valores unitários e totais apresentados foram os seguintes:

- EMPÓRIO ANDALUZIA LTDA – R\$ 408,18 por cesta, totalizando R\$ 4.244.072,00
- CALVO COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – R\$ 404,92 por cesta, totalizando R\$ 4.211.168,00
- EBS COMERCIAL LTDA – R\$ 419,99 por cesta, totalizando R\$ 4.367.896,00
- ANA ALICE PICCOLLI – ME – R\$ 430,00 por cesta, totalizando R\$ 4.472.000,00

A partir da análise das cotações, verificou-se que os preços praticados no mercado apresentam variação moderada, compatível com as diferenças de marcas, composição dos itens e custos logísticos envolvidos, especialmente no que se refere à entrega domiciliar individualizada.

A média aritmética dos valores unitários corresponde a R\$ 415,77, parâmetro adotado para definição do preço estimado da contratação..

Dessa forma, conclui-se que os valores obtidos refletem adequadamente a realidade de mercado, sendo considerados idôneos para fins de estimativa da contratação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

## **5.5. Aquisição de gêneros alimentícios de forma fracionada e montagem das cestas pela Administração**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

Departamento de Contratações do Eixo Social

Alternativa considerada inviável, em razão da necessidade de estrutura física adequada para armazenamento, mão de obra para montagem, maior risco sanitário, aumento de custos indiretos e maior complexidade operacional.

## 5.6. Distribuição das cestas em pontos fixos de retirada

Solução que não atende plenamente ao público-alvo, uma vez que muitas famílias enfrentam restrições de mobilidade, dificuldades financeiras para deslocamento e outras barreiras sociais, podendo resultar em exclusão indireta de beneficiários elegíveis.

## 5.7 Contratação de empresa especializada para fornecimento e entrega domiciliar das cestas (solução escolhida)

Mostra-se a alternativa mais eficiente, equitativa e aderente às diretrizes do SUAS, ao garantir entrega direta no domicílio, padronização da qualidade, redução de riscos operacionais e maior efetividade do benefício socioassistencial.

## 5.8 Justificativa da Solução Escolhida

A contratação de empresa especializada para fornecimento e entrega domiciliar de cestas básicas assegura:

- Atendimento digno, equitativo e tempestivo às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Redução de etapas intermediárias e de riscos sanitários;
- Maior eficiência administrativa e racionalização do uso de recursos públicos;
- Continuidade e regularidade da oferta dos Benefícios Eventuais;
- Adequação às normas da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da política de assistência social.

## 6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa baseia-se no histórico de atendimentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e na demanda projetada para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo estimada a aquisição de 10.400 (dez mil e quatrocentas) cestas básicas, conforme composição detalhada no Termo de Referência.

O quantitativo encontra-se alinhado ao Documento de Formalização de Demanda (DFD).

### **6.1. Memória de Cálculo da Estimativa de Quantidades**

A estimativa do quantitativo de cestas básicas foi elaborada com base no histórico de concessão de Benefícios Eventuais pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, considerando os atendimentos realizados nos exercícios anteriores e a projeção da demanda para o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Foram considerados os seguintes parâmetros:

a) Média de cestas concedidas: **200 unidades/semana**

b) Período estimado de vigência da Ata de Registro de Preços: **12 meses Cálculo:**

$$200 \text{ cestas/semana} \times 52 \text{ semanas} = \mathbf{10.400 \text{ cestas básicas}}$$

c) A média mensal utilizada foi definida com base:

d) No histórico de atendimentos da Secretaria;

e) Na manutenção da demanda regular por Benefícios Eventuais;

f) Na possibilidade de aumento pontual decorrente de situações emergenciais;

g) Na adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite contratações conforme a necessidade efetiva.

Dessa forma, o quantitativo estimado de **10.400 cestas básicas** mostra-se adequado para garantir o atendimento contínuo da população em situação de vulnerabilidade social durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

## **7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18, §1º, inciso V, a partir de levantamento de mercado destinado a identificar preços praticados para objeto de características semelhantes ao pretendido pela Administração.

Para a formação do preço estimado, foi realizada pesquisa de preços mediante solicitação de orçamentos a fornecedores do ramo, por meio de envio de comunicações eletrônicas (e-mails) a empresas potencialmente aptas a atender o objeto.

Ao todo, foram encaminhadas solicitações de cotação para 10 (dez) fornecedores, tendo sido obtidas 04 (quatro) respostas válidas, consideradas aptas para fins de composição da

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

Departamento de Contratações do Eixo Social

estimativa, por apresentarem compatibilidade com as especificações técnicas do objeto, abrangência da logística de entrega domiciliar e regularidade das informações prestadas.

As propostas recebidas encontram-se consolidadas no quadro comparativo abaixo:

## 7.1 – Quadro comparativo de preços (mapa de preços)

Empresa	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
EMPÓRIO ANDALUZIA LTDA	408,18	4.244.072,00
CALVO COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	404,92	4.211.168,00
EBS COMERCIAL LTDA	419,99	4.367.896,00
ANA ALICE PICCOLLI – ME	430,00	4.472.000,00

Os valores apresentados foram analisados quanto à aderência ao objeto, contemplando a composição das cestas básicas, os custos logísticos de montagem e entrega domiciliar individualizada, bem como o atendimento às exigências sanitárias, sendo desconsideradas eventuais propostas que não atendessem integralmente às especificações estabelecidas.

A partir da análise dos dados coletados, verificou-se que os preços praticados no mercado apresentam variação compatível com a natureza do objeto, especialmente em razão das diferenças de marcas, composição dos itens e custos logísticos envolvidos.

Para definição do valor estimado, adotou-se como referência a média aritmética dos preços unitários obtidos, correspondente a R\$ 415,77 por cesta básica, por se tratar de medida estatística que melhor representa o comportamento central dos valores, mitigando a influência de eventuais valores extremos.

Dessa forma, considerando o quantitativo estimado de 10.400 cestas básicas o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 4.324.008,00 (quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e oito reais).

O valor estimado contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo aquisição dos itens, montagem das cestas, transporte e entrega domiciliar aos beneficiários.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se a subsidiar o planejamento da contratação e o julgamento das propostas, não representando obrigação de contratação integral, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.



## **8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de cestas básicas previamente montadas, contendo gêneros alimentícios e itens de higiene, bem como na execução dos serviços logísticos necessários à adequada entrega direta no domicílio dos beneficiários indicados pela Administração.

A solução foi estruturada de forma integrada, contemplando o conjunto de elementos necessários para que a contratação produza os resultados esperados, considerando a articulação entre bens, insumos, materiais consumíveis e serviços correlatos indispensáveis à plena execução do objeto.

### **8.1. Integram a solução:**

- Aquisição e fornecimento dos gêneros alimentícios e itens de higiene que compõem as cestas básicas, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- Disponibilização de insumos e materiais consumíveis necessários à montagem das cestas, incluindo embalagens apropriadas, resistentes e adequadas ao transporte e armazenamento;
- Montagem e acondicionamento das cestas básicas de forma organizada e segura, garantindo a integridade dos produtos até a entrega final;
- Armazenamento temporário dos produtos em instalações adequadas, observando-se as condições de higiene, ventilação, organização e controle de validade dos itens;
- Disponibilização de estrutura logística compatível com a demanda estimada, incluindo veículos adequados, motoristas e equipe operacional necessária à execução das entregas;
- Planejamento e execução de logística específica para entrega domiciliar, incluindo definição de rotas, programação das entregas e controle operacional;
- Transporte e entrega das cestas básicas diretamente nos endereços informados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos;
- Controle e rastreabilidade das entregas realizadas, mediante registros que permitam a verificação do recebimento pelos beneficiários;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

Departamento de Contratações do Eixo Social

- Substituição de produtos que apresentem avarias, inconformidades ou prazo de validade inadequado para consumo;
- Disponibilização de canal de comunicação com a Administração para acompanhamento da execução contratual e solução de eventuais ocorrências.

Para a adequada execução da solução, foram avaliadas as necessidades de serviços complementares associados à contratação, concluindo-se o seguinte:

## 8.2. Logística específica:

Mostra-se indispensável à execução do objeto, em razão da necessidade de entrega domiciliar das cestas básicas em diferentes regiões do Município. A contratada deverá dispor de estrutura logística compatível com a demanda estimada, incluindo veículos adequados e planejamento de rotas, de modo a assegurar a regularidade e a eficiência das entregas.

## 8.3. Armazenamento:

Mostra-se necessário o armazenamento temporário dos produtos e das cestas já montadas em instalações adequadas, sob responsabilidade da contratada, devendo ser observadas as condições sanitárias, de organização e de controle de validade dos produtos.

## 8.4. Treinamento:

Não se verifica necessidade de treinamento específico para servidores da Administração, uma vez que a operacionalização do benefício eventual por meio de cestas básicas já integra a rotina administrativa da Secretaria, sendo suficiente a adoção dos procedimentos usuais de solicitação, acompanhamento e fiscalização das entregas.

Dessa forma, a solução contempla não apenas o fornecimento dos bens que compõem as cestas básicas, mas também os serviços acessórios indispensáveis à plena execução do objeto, assegurando a efetividade da política pública de concessão de Benefícios Eventuais.

A integração entre fornecimento dos produtos, montagem das cestas e logística de entrega domiciliar reduz riscos operacionais, assegura maior eficiência administrativa, garante a padronização do benefício concedido e possibilita melhor controle e fiscalização pela Administração.

**9 - JUSTIFICATIVA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

A adoção do Sistema de Registro de Preços, com a formalização de Ata de Registro de Preços, mostra-se a solução mais adequada para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, a imprevisibilidade da demanda e o interesse público envolvido.

A concessão de cestas básicas no âmbito da política de assistência social caracteriza-se por demanda variável e eventual, diretamente vinculada a fatores socioeconômicos, situações emergenciais e aumento pontual de vulnerabilidades, o que impede a definição prévia de quantitativos exatos a serem executados ao longo do exercício.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços permite que a Administração:

- a) Realize contratações de forma gradual e conforme a necessidade efetiva, evitando aquisições desnecessárias ou estoques ociosos;
- b) Garanta pronta resposta às situações emergenciais e ao atendimento imediato das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- c) Assegure maior flexibilidade operacional, compatível com a dinâmica dos Benefícios Eventuais;
- d) Promova racionalização do gasto público, uma vez que a contratação somente ocorrerá mediante a efetiva demanda;
- e) Reduza riscos de descontinuidade do atendimento socioassistencial;
- f) Preserve a competitividade do certame, ao permitir ampla participação de fornecedores especializados.

Adicionalmente, o Sistema de Registro de Preços possibilita a manutenção de preços registrados por período determinado, conferindo previsibilidade orçamentária e segurança jurídica à Administração, sem prejuízo da economicidade e da eficiência administrativa.

Dessa forma, a adoção da Ata de Registro de Preços revela-se plenamente justificada e alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e do interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo o modelo mais adequado para atender às necessidades da política municipal de assistência social.

**10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento da solução, considerando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e o interesse público.

No presente caso, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, devendo a contratação ocorrer de forma integrada, contemplando o fornecimento das cestas básicas já montadas e a respectiva entrega domiciliar aos beneficiários.

O parcelamento do objeto em fornecimento de itens isolados ou na separação entre fornecimento e logística de entrega implicaria aumento da complexidade administrativa, elevação de custos indiretos, maior risco sanitário e dificuldade de coordenação entre múltiplos fornecedores, além de potencial comprometimento da padronização da qualidade das cestas e da regularidade das entregas. Ademais, a execução integrada do objeto assegura maior eficiência operacional, melhor controle da fiscalização, rastreabilidade das entregas e responsabilização direta da contratada, reduzindo riscos de descontinuidade do atendimento socioassistencial.

Ressalta-se, ainda, que o mercado fornecedor dispõe de empresas aptas a executar o objeto de forma integral, não havendo restrição à competitividade ou direcionamento do certame.

Dessa forma, a não divisão da solução mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público. Sugere-se o objeto em lote único, conforme especificação abaixo:

<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Serviço</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
1	1	CESTA BÁSICA conforme especificação do Termo de Referência	Unidade	10.400

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem sua viabilidade ou execução.

O fornecimento e a entrega domiciliar das cestas básicas constituem objeto autônomo, cuja execução independe de outras contratações simultâneas, não sendo necessária a aquisição prévia de bens, serviços ou obras complementares para o pleno atendimento da necessidade identificada.

Eventuais contratações relacionadas às atividades administrativas internas, tais como gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, integram a rotina ordinária da Administração e não se caracterizam como contratações interdependentes para fins de planejamento da presente contratação.

Dessa forma, conclui-se que a execução do objeto não está condicionada à realização de outras contratações, não havendo impacto na viabilidade técnica, econômica ou operacional da solução proposta.

## **12- RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação tem por finalidade assegurar a execução adequada e contínua da política municipal de assistência social, especialmente no que se refere à concessão de Benefícios Eventuais, conforme previsto na Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Com a implementação da solução proposta, a Administração pretende alcançar os seguintes resultados:

- a)** Garantir atendimento regular, tempestivo e equitativo às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, assegurando o acesso ao direito humano à alimentação adequada;
- b)** Assegurar a continuidade dos serviços socioassistenciais, evitando desassistência decorrente de desabastecimento ou falhas na logística de fornecimento;

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

**São Carlos, Capital da Tecnologia**

**Secretaria Municipal de Justiça**

## **Departamento de Contratações do Eixo Social**

- c) Promover maior eficiência administrativa, mediante a adoção de solução padronizada, com redução de custos operacionais e melhor utilização dos recursos públicos;
- d) Assegurar a qualidade e a conformidade sanitária dos produtos fornecidos, em observância às normas técnicas e legais aplicáveis;
- e) Reduzir riscos operacionais, logísticos e sanitários associados à execução da contratação;
- f) Fortalecer os mecanismos de controle, fiscalização e rastreabilidade da execução contratual, ampliando a transparência e a segurança jurídica;
- g) Assegurar a aderência da contratação aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **13- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Previamente à celebração do contrato ou à formalização da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá adotar providências voltadas à verificação da capacidade técnica, operacional, econômica e jurídica da futura contratada, bem como à mitigação de riscos relacionados à execução do objeto.

Para tanto, a Administração deverá se atentar, especialmente, às seguintes providências:

- a) Exigir a comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira da empresa vencedora, nos termos da legislação vigente;
- b) Verificar a capacidade técnica e operacional da contratada para o fornecimento e a entrega domiciliar das cestas básicas, mediante apresentação de documentos, atestados ou declarações compatíveis com o objeto;
- c) Exigir comprovação de que os produtos a serem fornecidos atendem às normas sanitárias, de higiene, rotulagem e acondicionamento, conforme legislação aplicável;

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

## **São Carlos, Capital da Tecnologia**

### **Secretaria Municipal de Justiça**

#### **Departamento de Contratações do Eixo Social**

- d) Avaliar a estrutura logística da empresa, incluindo transporte, armazenamento e controle de entregas, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos e a regularidade do fornecimento;
- e) Definir garantias contratuais, quando cabíveis, e mecanismos de responsabilização, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021;
- f) Estabelecer critérios claros para fiscalização e acompanhamento da execução contratual, incluindo formas de comprovação das entregas realizadas;
- g) Prever cláusulas contratuais que assegurem a aplicação de sanções em caso de inadimplemento ou execução em desconformidade com as especificações estabelecidas.

Tais providências têm por objetivo assegurar que a contratação seja formalizada com empresa apta a executar o objeto, reduzindo riscos de falhas, descontinuidade do atendimento e prejuízos à Administração, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

#### **14- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

A contratação para fornecimento e entrega domiciliar de cestas básicas pode gerar impactos ambientais de baixa magnitude, principalmente relacionados ao uso de embalagens, à logística de transporte e à geração de resíduos sólidos.

Os principais impactos ambientais identificados e os respectivos tratamentos são:

- a)** Geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens plásticas e de papelão: mitigação por meio da exigência de utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, sempre que tecnicamente viável, bem como orientação quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- b)** Consumo de recursos naturais associado à produção e ao acondicionamento dos produtos: mitigado pela definição de quantitativos compatíveis com a demanda efetiva, evitando desperdícios;
- c)** Emissões atmosféricas decorrentes do transporte das cestas básicas: mitigadas pela exigência de planejamento logístico eficiente, com otimização de rotas e agrupamento de entregas;

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

**São Carlos, Capital da Tecnologia**

**Secretaria Municipal de Justiça**

**Departamento de Contratações do Eixo Social**

d) Risco de descarte inadequado de produtos: mitigado pela exigência de observância rigorosa aos prazos de validade e às condições de armazenamento e transporte.

Diante disso, a Administração adotará critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com o objeto, em consonância com o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, de modo a reduzir impactos ambientais, sem prejuízo da eficiência e da economicidade da contratação.

## **15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Diante das análises técnicas, administrativas e econômicas realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável a contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega domiciliar de cestas básicas, por atender ao interesse público e às necessidades da política municipal de assistência social.

A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com as condições do mercado, estando em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Registra-se, ainda, que a contratação é compatível com a disponibilidade orçamentária, encontrando respaldo nas peças de planejamento orçamentário vigentes, condicionada à observância das formalidades legais relativas ao empenho e à execução da despesa.

Assim, resta demonstrada a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do procedimento licitatório, conforme as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

## **16- APÊNDICES**

Este documento possui apêndices anexos.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

**São Carlos, Capital da Tecnologia**

**Secretaria Municipal de Justiça**

**Departamento de Contratações do Eixo Social**

## **17 - RESPONSÁVEIS**

Tiago Canali de Miranda

**Diretor do Departamento  
de Contratações Eixo Social  
Responsável pela elaboração  
do ETP**

Giselle Santucci

**Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social e Cidadania**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**  
**São Carlos, Capital da Tecnologia**  
**Secretaria Municipal de Justiça**  
**Departamento de Contratações do Eixo Social**

**APÊNDICE A – Análise dos riscos**

**A.1. Mapa de risco** (Art. 18, inciso X da Lei Federal nº 14.133/21)

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento e entrega domiciliar de cestas básicas.

Nº	Risco	Causa	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência
1	Atraso na entrega das cestas	Falhas logísticas, frota insuficiente ou má gestão operacional	Média	Alto	Alto	Exigência de capacidade técnica; definição de prazos no TR; análise da estrutura logística	Aplicação de penalidades; reprogramação de entregas; priorização de casos urgentes
2	Entrega em desacordo com especificações	Falhas no controle de qualidade ou aquisição inadequada	Média	Alto	Alto	Exigência de amostras, laudos e fichas técnicas; especificações rigorosas no TR; fiscalização contínua	Substituição dos produtos; sanções; suspensão do recebimento
3	Não localização do beneficiário	Endereço incorreto, ausência ou dificuldade de acesso	Média	Médio	Médio	Conferência cadastral; possibilidade de contato prévio; planejamento de rotas	Até 03 tentativas; registro fotográfico; definição de ponto alternativo pela Administração
4	Descontinuidade do fornecimento	Problemas financeiros ou operacionais da contratada	Baixa	Alto	Médio	Exigência de qualificação econômico-financeira; monitoramento; adoção do SRP	Sanções; convocação de remanescente; nova contratação
5	Fraudes ou entregas não comprovadas	Falhas de controle ou má-fé na execução	Baixa	Alto	Médio	Exigência de assinatura, data e identificação; controle por código; rastreabilidade	Auditoria; glosa de pagamento; sanções e rescisão
6	Problemas sanitários (produtos inadequados)	Armazenamento ou transporte inadequado	Baixa	Alto	Médio	Exigência de normas sanitárias; controle de validade; fiscalização	Substituição imediata; testes laboratoriais; sanções
7	Variação de preços de mercado	Oscilações econômicas e inflacionárias	Média	Médio	Médio	Pesquisa robusta; múltiplas fontes; uso do SRP	Reequilíbrio econômico-financeiro; nova pesquisa